



CAPPELLI

E-mail: paulo.cappelli@correiodamanha.net.br

com Lucas Gayoso

Instagram: @jornalistapaulocappelli

Polícia detalha rotina de Bolsonaro na prisão

Documentos da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF) enviados ao ministro Alexandre de Moraes (STF) detalham a rotina do ex-presidente Jair Bolsonaro durante o cumprimento de prisão domiciliar.

Os relatórios registram visitas de advogados — entre eles o senador Flávio Bolsonaro (PL) —, atendimentos médicos e atividades físicas. Os documentos remetem ao período entre os dias 7 e 13 deste mês e apontam que não houve prática de leitura e nem a entrada de amigos ou outros familiares na residência.

As informações constam em relatório elaborado pelo Núcleo de Custódia da PMDF. O documento foi encaminhado ao STF com o objetivo de informar as “atividades desenvolvidas pelo custodiado” e sua “rotina diária”.

Segundo os registros, Bolsonaro recebeu visitas de advogados em quatro dos sete dias monitorados. Flávio aparece listado duas vezes, em 7 e 11 de maio, identificado com número da OAB.

Também realizaram visitas os advogados João Henrique



Documentos enviados ao STF detalham rotina de Bolsonaro

Nascimento de Freitas, nos dias 8 e 12 de maio, e Marcelo Luiz Avila de Bessa, no dia 13.

Os relatórios apontam ainda uma rotina frequente de atendimentos na área de saúde. Os médicos Brasil Ramos Caiado e Alexandre Firmino Paniago estiveram na residência do ex-presidente em diferentes datas e horários ao longo da semana.

Em praticamente todos os dias registrados, a PMDF informou que Bolsonaro realizou “fisioterapia” e “atividades físicas”, ambas descritas como parte da “rotina domiciliar”.

Poucas visitas

O documento afirma que não houve visitas de outros pa-

rentes (além de Flávio), amigos ou terceiros no período analisado. Também não foram registradas “atividades laborais”, leituras ou ocorrências disciplinares.

No ofício encaminhado a Moraes, a PMDF afirma que as informações foram produzidas “com elevado rigor técnico e institucional” e em “absoluta aderência às normas legais e regulamentares aplicáveis à custódia de pessoas sob responsabilidade estatal”.

O relatório foi assinado pelo coronel Cláudio José de Barros, diretor do Núcleo de Custódia da Polícia Militar.

PSDB do RJ defende que Aécio Neves dispute a Presidência

O presidente estadual do PSDB no Rio de Janeiro, Luciano Vieira, manifestou apoio, nesta sexta-feira, à eventual candidatura do deputado federal Aécio Neves (PSDB-MG) à Presidência da República nas eleições de 2026. Em declaração à coluna, Vieira afirmou que o ex-governador de Minas Gerais reúne experiência política, capacidade de articulação e histórico administrativo para voltar ao centro do debate nacional.

“O nome do Aécio aprofunda o debate nacional. Ele é preparado e capacitado para discutir os problemas reais do país fora dessa polarização que prejudica o Brasil. O Aécio vai discutir economia, segurança pública, os problemas reais do país”, disse Vieira.

A manifestação ocorre em meio às movimentações internas do PSDB para redefinir os rumos da legenda após sucessivas perdas de espaço no cenário político nacional. Nos bastidores, dirigentes tucanos discutem alternativas para fortalecer o partido e recuperar protagonismo diante da polarização entre grupos ligados ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva e ao ex-presidente Jair Bolsonaro.

Segundo Luciano Vieira, Aécio Neves mantém influência dentro da legenda e possui cre-



Aécio Neves (PSDB-MG)

dençiais para liderar um projeto de reconstrução partidária. O dirigente fluminense também defendeu que o PSDB volte a apresentar uma candidatura própria ao Palácio do Planalto, argumentando que o partido “precisa recuperar sua identidade histórica e apresentar um caminho de equilíbrio para o país”.

Aécio Neves disputou a Presidência da República em 2014, quando foi derrotado no segundo turno por Dilma Rousseff em uma das eleições mais acirradas da história recente do Brasil. Desde então, o PSDB enfrentou divisões internas, perdas eleitorais e redução de bancadas, cenário que tem levado lideranças tucanas a defenderem uma reorganização nacional da sigla visando as eleições de 2026.

Samuel Hanan*

O Brasil no labirinto da impunidade: Quando a corrupção se torna projeto de poder

Assistimos, quase que diariamente desde 2024, a um desfile de manchetes que não apenas chocam pelo volume financeiro — dezenas de bilhões de reais — mas pela audácia do modus operandi. O Brasil parece ter mergulhado em um labirinto onde a ética foi substituída pelo oportunismo e o interesse público pelo enriquecimento ilícito de castas privilegiadas.

O cenário é desolador. De um lado, o que podemos chamar de “roubo dos velhos”: fraudes e desvios bilionários no INSS que vitimam aposentados, inválidos, viúvas, justamente aqueles que mais necessitam da proteção do Estado. De outro, o sistema financeiro sob suspeita, com episódios envolvendo o Banco Master e o Banco Will, que levantam questões urgentes sobre a higidez do nosso mercado e a eficácia da fiscalização.

O que causa maior indignação é a celebração de contratos milionários por figuras que se tornaram bilionárias “da noite para o dia”, caracterizando a promiscuidade entre o público e o privado. A promiscuidade é explícita: ex-presidentes, ex-ministros recém-saídos do governo e escritórios de parentes (esposas, filhos e irmãos) de ministros em

pleno exercício de seus cargos operando em uma zona cinzenta que, independente da legalidade formal, seria, no mínimo, antiética.

É onde a quarentena é uma ficção e o conflito de interesses é a regra. Quanto nos custa a ausência de um código rígido que discipline impedimentos compulsórios? Se essas relações fossem pautadas pela lisura, não haveria temor em abrir mão do sigilo bancário e fiscal. Quem atua na defesa do interesse público com honorários atípicos e contratos diferenciados deveria ser o primeiro a liderar o movimento pela transparência total perante a imprensa e os órgãos de controle.

Na prática, vivenciamos duas Justanças para um só povo. A percepção da sociedade brasileira hoje é a pior possível: a de que o crime e a desonestidade compensam, tornando-se atalhos para riqueza e status. E como não pensar assim quando a lei deixou de ser igual para todos?

Temos um sistema que agride a Constituição, ferindo a base da pirâmide, com mais de 200.000 pessoas encarceradas, em sua maioria pobres e pretos, muitos sem nunca terem tido acesso a um julgamento por juízes togados, enquanto o topo da pirâmide é

constituído por uma elite com foro especial que não responde mais ao juiz natural.

Há casos de julgamentos céleres por colegiados, enquanto outros processos nunca chegam ao Pleno, garantindo uma seletividade jurídica inaceitável, onde vivemos o escudo do sigilo de 100 Anos. A falta de combate contundente e ações efetivas encoraja a corrupção, gerando a certeza da impunidade.

Para agravar o cenário, institucionalizou-se a prática dos sigilos centenários — a impunidade garantida até o pós-morte. Somente em 2025, o atual Governo Federal decretou sigilo de 100 anos em 77 ocasiões. Exemplos inexplicáveis incluem convênios com ONGs, despesas no Palácio da Alvorada e os evidentes conflitos de interesses de ministros. Temos um custo ético e econômico, sendo a corrupção o lado mais visível e danoso desse colapso ético e moral em que o Brasil está submerso.

Segundo dados da Transparência Internacional e estudos da FIESP sobre os custos econômicos da criminalidade, a corrupção no Brasil subtrai recursos da ordem de 2% do PIB brasileiro (cerca de R\$ 250 bilhões por ano).

A prova da nossa degradação moral está na posição do Brasil no ranking de Percepção da Corrupção (IPC), da Transparência Internacional, que analisa 180 países, passando o Brasil da posição de 45ª em 2002 para 107ª em 2024. Como disse Nicolau Maquiavel: “Uma pátria onde receber dinheiro mal havido a qualquer título é algo normal não é uma pátria, pois nesse lugar não há patriotismo, apenas interesses e aparências”.

O Brasil precisa decidir se quer ser uma nação de cidadãos ou um balcão de negócios. Enquanto a impunidade for protegida pelo sigilo e pelo privilégio, continuaremos sendo um país de aparências, onde a justiça é um artigo de luxo inacessível à maioria.

***Samuel Hanan é engenheiro com especialização nas áreas de macroeconomia, administração de empresas e finanças, empresário, e foi vice-governador do Amazonas (1999-2002). Autor dos livros “Brasil, um país à deriva”, “Caminhos para um país sem rumo”, “Brasil: que país é este” e “Brasil pós CF/88”.**